



## COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 81/2025

#### I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 81/2025, que dispõe sobre normas para o desenvolvimento de políticas de ciência e tecnologia, buscando a inovação, o incentivo e o desenvolvimento sustentável do Município de Nova Venécia-ES e revoga a Lei nº 3.741, de 3 de julho de 2023, de iniciativa do prefeito Mário Sérgio Lubiana.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 7 de outubro de 2025. Em seguida, foi distribuído às Comissão Permanente pelo presidente da Câmara nos termos do art. 134, do Regimento Interno (17).

Às fls. 21/32 consta o parecer jurídico nº 121/2025 com manifestação pela constitucionalidade e legalidade da matéria, desde que observadas as ressalvas apontadas no parecer.

Às fls. 39/40 consta o parecer da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final que acolheu o parecer do relator da matéria (fls. 35/37).

Às fls. 41 consta a redistribuição da proposição à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.

Às fls. 43/44 consta a Emenda Modificativa nº 1 e às fls. 45/46 consta a Emenda Aditiva nº 1, que foram apresentadas pelo-vereador Deneval-Rocha.

Uma vez distribuída à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, o próprio presidente da comissão se reservou para relatar a matéria, conforme previsto no art. 70 do RI (fl. 47).







É o relatório, passa-se ao parecer, nos termos do art. 71 do Regimento.

### II – DOS PRESSUPOSTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

O Projeto de Lei nº 81/2025 dispõe sobre normas para o desenvolvimento de políticas de ciência e tecnologia no âmbito do Município de Nova Venécia, cria o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Primeiramente, insta destacar que a Constituição Federal, em seu art. 167, IX, exige, para a criação de fundo de qualquer natureza, a prévia autorização legislativa, conforme se destaca:

Art.167. São vedados:

(...)

IX-a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

Trata-se de norma de reprodução obrigatória, que faz parte do sistema constitucional orçamentário e financeiro (Título VI da CF/88). Tais normas estabelecem princípios e regras que estruturam a gestão fiscal e orçamentária para todos os entes federativos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No caso do ente federado local, a reprodução da norma foi realizada no texto do art. 119, IX, da Lei Orgânica.

Dessa forma, cabe ao Poder Legislativo, por meio de lei ordinária, autorizar o Chefe do Poder Executivo a instituir o fundo específico referido na proposição.

A criação de fundos públicos é disciplinada pela Lei Federal nº 4.320/1964, que, em seu art. 71, estabelece:

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por -lei, se-vinculam-à-realização de-determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Portanto, os fundos são instrumentos orçamentários criados por lei específica para fins de vinculação ou destinação específica de recursos, provenientes das fontes explicitadas na proposição, para fins de implementação de programas, projetos ou ações com objetivos devidamente definidos também no texto.

Nesse sentido, observa-se que o texto do art. 21 da proposição prevê os recursos que constituirão o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, enquanto o texto dos artigos 22 e 23 preveem as condições para a destinação dos recursos, tudo isso em obediência ao disposto no art. 71, da Lei nº 4.320/1964.





Observa-se ainda que o texto do art. 19, parágrafo único, prevê que Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação será gerido pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, órgão vinculado diretamente ao Poder Executivo.

Além disso, o art. 73, da Lei nº 4.320/64, prevê que o saldo positivo do fundo apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo. Infere-se que tal regra foi observada no art. 21, § 3°, da proposição.

Por sua vez, embora a proposição não tenha trazido de forma expressa e clara as regras para o controle do fundo, prestação de contas e tomadas de contas, de acordo com o exigido no art. 74, da Lei nº 4.320/1964, foi apresentada a Emenda Aditiva nº 1 (fls. 45/46), de autoria do vereador Deneval Rocha, para a inclusão de dispositivos que preveem regras acerca da necessidade de prestação de contas do fundo ao respectivo conselho-municipal e também ao Tribunal de Contas, conforme a exigência constante no art. 74, da Lei nº 4.320/64.

Ressalta-se ainda, que a Emenda Aditiva nº 1 também prevê a inclusão dos artigos 19-A e 19-B à proposição, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 72, da Lei nº 4.320/64, que prevê que a aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Cumpre destacar que foi apresentada também a Emenda Modificativa nº 1, de autoria do vereador Deneval Rocha, com o objetivo de sanar as irregularidades apontadas pela Procuradoria Geral, quando da análise da proposição.

Dessa forma, a aprovação do Projeto de Lei nº 81/2025 está condicionada à aprovação da Emenda Aditiva nº 1 e da Emenda Modificativa nº 1, as quais atendem integralmente às recomendações constantes do Parecer Jurídico nº 121/2025, e estão de acordo com as normas constitucionais e legais que regem o direito orçamentário e financeiro.

#### III - VOTO DO RELATOR:

Diante de todo o exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 81/2025, com restrições.

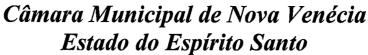
Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 13 de novembro de 2023; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JOÃO JÚNIOR VIEIRA

RELATOR – Presidente da CFO

Vereador pelo PRD







## COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

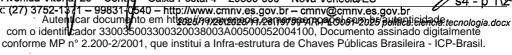
#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 81/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 81/2025: dispõe sobre normas para o desenvolvimento de políticas de ciência e tecnologia, buscando a inovação, o incentivo e o desenvolvimento sustentável do Município de Nova Venécia-ES e revoga a Lei nº 3.741, de 3 de julho de 2023.
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sérgio Lubiana (PSB).
RELATOR:	Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD).

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD), às folhas 49 a 51, por unanimidade de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordináriade 26 de novembro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o parecer desta Comissão Permanente.

É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 81/2025, com restrições.







Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 26 de novembro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JOÃO JÚNIOR/VIETRA Presidente da CFØ - Relator

Vereador pelo PRD

SALLO-DE SOUZA RIBEIRO

Vice-Presidente da CFO Vereador pelo PL

Membro da CFO

Vereador pelo DC